

1. Introdução

A pesquisa trata do processo de recontextualização que ocorre com a política educacional, quando esta é deslocada do campo oficial para o contexto da prática. Procuo investigar esse processo, a partir da atuação da coordenação pedagógica em seu trabalho conjunto com os professores, principalmente, quando este profissional possui um projeto pedagógico em torno do qual empreende suas ações na escola. Parto do princípio de que isso pode influenciar o processo de recontextualização da política no contexto da prática, uma vez que ele vai procurar equilibrar a política oficial (proposta externa) com o projeto da escola (proposta interna), podendo, assim, criar alternativas e ajustamentos secundários no texto da política e promover as integrações possíveis entre a política oficial e o projeto da escola.

O estudo se insere nas atuais questões da reforma educacional que o Brasil tem vivenciado, nos últimos anos, por meio de influências globais. Ball (2002) aponta a existência de duas tecnologias da reforma: o novo gerencialismo e a performatividade. Segundo o autor, o novo gerencialismo refere-se às mudanças ocorridas na atuação do Estado e na cultura dos serviços públicos. É “uma nova forma de poder, [...] um instrumento para criar uma cultura empresarial competitiva” (BERNSTEIN, 1996, apud BALL, 2005, p.544). Quanto à performatividade, o autor aponta que essa facilita o processo de monitoramento do Estado no trabalho das instituições públicas, principalmente, porque envolve a combinação de descentralização da gestão, de responsabilização pelos resultados obtidos através de avaliações padronizadas e dos incentivos e premiações vinculadas às medidas de desempenho.

Nesse processo de reforma, é possível citarmos, ainda, as influências globais que interferem na formulação das políticas educacionais. O Banco Mundial, por exemplo, tem se transformado em uma agência de assessoria técnica para os

países em desenvolvimento. Em um de seus documentos, aponta a educação como prioridade, referindo-a como “pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos” (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 2). Assim, a educação é vista como um meio de aumentar a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas. Nesse sentido, se transformou em um “banco de ideias” (CANDAU, 1999), que define uma ideologia e estratégias para melhorar a “qualidade¹” dos sistemas de ensino.

Entretanto, as influências nas decisões educacionais nos diversos países, inclusive no Brasil, não podem ser vistas como determinantes nas políticas educativas, pois cada contexto interpreta e recria as políticas (BALL, 2009b), transformando significativamente a política original através da recontextualização. De acordo, com Lopes (2006, p.39):

[...] é possível identificar traços de homogeneidade nas políticas de currículo nacional e da avaliação em países distintos, indicando a circulação desses discursos. Mas as formas e finalidades de tais políticas produzidas localmente são heterogêneas, transferindo múltiplos sentidos ao global e evidenciando tal articulação entre homogeneidade e heterogeneidade, entre global e local.

Cada contexto, portanto, interpreta esses parâmetros de acordo com os valores e ideias dos sujeitos e grupos que lideram, e também, em decorrência de acordos entre governos. Para Ball (2001, p.102), esse processo denomina-se bricolagem, quando se refere ao:

[...] constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias recicladas, de investigação de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar.

¹ O conceito de qualidade que trabalho nessa pesquisa se baseia na definição proposta por Candau (2007, p.51) que “parte da convicção profunda de que a educação escolar pode colaborar com processos de transformação estrutural da sociedade e favorecer a construção de novas mentalidades e de sujeitos de direito. Há várias experiências no Brasil que lutam pela valorização da profissão docente e pelo protagonismo dos educadores e educadoras e seus movimentos e propõem a reinvenção da escola na perspectiva de repensar seus espaços e tempos, assim como reelaborar os currículos para favorecer uma maior interação com a realidade e os temas de interesse do corpo discente, estimulando dinâmicas em que a informação seja transformada em conhecimento e o conhecimento em sabedoria”.

Portanto, as políticas educacionais necessitam ser compreendidas como produto de várias influências e interdependências que resultam na combinação de lógicas globais, distantes e locais (BALL, 2001) que são *recontextualizadas* de formas diferentes em cada realidade.

Diante disso, pretendo investigar o contexto da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que vem passando por modificações na política educativa - como fruto desse processo de reforma educacional - desde 2009, com a posse do prefeito Eduardo Paes (2009-2012), do partido PMDB².

A primeira mudança na área de educação empreendida em sua gestão foi a nomeação de uma Secretária de Educação³, graduada em economia e com experiência em gestão pública e educação, fator que contribuiu significativamente para modificações que se adequassem aos princípios das atuais reformas educacionais. Desde então, a Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro vem se movimentando em inúmeros processos e formulação de políticas que sejam capazes de se ajustarem às mudanças pretendidas, dentre elas é possível citar: (1) a construção de Orientações Curriculares; (2) a elaboração de Cadernos de Apoio Pedagógico; (3) o Livro de Leitura e Escrita - único material que foi específico para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental; (4) a lista de Descritores, definindo as habilidades que serão avaliadas, e por fim; (5) as Avaliações Bimestrais.

Percebe-se, portanto, que o foco do trabalho da Secretária tem se centrado nas metas a serem atingidas e com fortes tendências à *política de responsabilização*⁴, através de estímulo no desempenho e na competição entre as escolas da Rede, por meio da realização de constantes homenagens e premiações dessas unidades escolares.

Considero que essas medidas têm provocado diversas mudanças ideológicas e pedagógicas no contexto da prática, conduzindo a uma nova concepção de educação que perpassa por uma lógica performativa, focada nos resultados, nas metas estabelecidas e, conseqüentemente, empreendendo novos valores e novas relações no espaço escolar.

² PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

³ Cf. Capítulo 4.

⁴ Para Broke (2006, p.378) as políticas de accountability ou de responsabilização “são aquelas em que se tornam públicas as informações sobre o trabalho das escolas e consideram-se os gestores e outros membros da equipe escolar como co-responsáveis pelo nível de desempenho alcançado pela instituição”.

A fim de compreender de que maneira essas mudanças têm se repercutido no contexto da prática, foco minha investigação na atuação da coordenação pedagógica em seu trabalho conjunto com os professores na “implementação⁵” dessa nova política oficial. Para isso, irei deter minha análise nas Orientações Curriculares e nos Cadernos de Apoio Pedagógicos de Língua Portuguesa para o 1º ano do Ensino Fundamental, assim como no Livro Leitura e Escrita. Procurei fazer esse recorte de modo a apreender a concepção de educação que tem sido veiculada a partir do discurso pedagógico defendido nesses textos da política.

Considero que a interpretação do texto da política pode ser influenciada pela visão e concepção que a coordenação tem sobre educação, por seus conhecimentos prévios, por seus posicionamentos políticos e principalmente pelo projeto da escola (proposta interna), visto que essa profissional é responsável por mediar a política oficial (proposta externa) aos professores e atuar na construção de atividades e intervenções que favoreçam a aprendizagem dos alunos. Esses fatores incidem diretamente na forma em que a coordenação intervém e trata a política oficial, o que pode possibilitar a criação de alternativas e ajustamentos secundários na proposta oficial, no sentido de promover as integrações possíveis entre a política oficial e a proposta da escola. Nessas circunstâncias, não se trata apenas da mera “implementação”, mas da recriação e criação de novas alternativas para a política oficial.

Busco, portanto, compreender o que ocorre quando o texto da política oficial se desloca do contexto da Secretaria Municipal de Educação e é mediado no contexto da prática pela coordenação pedagógica. Para tanto, levanto a seguinte questão de pesquisa: *De que forma o coordenador comprometido com um projeto pedagógico, em torno do qual empreende suas ações em conjunto com os professores, pode equilibrar a política oficial (proposta externa) com o projeto da escola (proposta interna)?*

Com base na questão acima descrita, procurei alcançar os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

⁵ Ball na entrevista realizada com Mainardes e Marcondes (2009, p.305), chama a atenção para a utilização do termo “implementação” que sugere um processo linear pelo qual as políticas se movimentam em direção a prática de maneira direta. Nesse sentido, ressalto que o termo aqui utilizado é feito por falta de outra opção, mas abordo nesse estudo a política como interpretada/traduzida no contexto da prática pelos sujeitos.

Analisar de que forma o coordenador comprometido com um projeto pedagógico, em torno do qual empreende suas ações em conjunto com os professores, pode equilibrar a política oficial (proposta externa) com o projeto da escola (proposta interna).

Objetivos específicos:

- I. Identificar o discurso pedagógico veiculado *no texto* da política oficial da Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro, expresso nas Orientações Curriculares, nos Cadernos de Apoio Pedagógico do professor (2009 e 2010) e no livro de Leitura e Escrita (2011), considerados nessa pesquisa como sendo a proposta externa;
- II. Identificar os princípios básicos da proposta interna da escola *no contexto da prática*, através da atuação da coordenadora em conjunto com as professoras, durante os momentos de mediação no Centro de Estudos (CE), no Conselho de Classe (COC) e na sala de aula.

Para fundamentar a análise, utilizo o conceito de recontextualização e os modelos de prática pedagógica, formulados por Bernstein (1996). Essa escolha se deve ao fato de possibilitar a análise da formulação de políticas educacionais, tanto no nível macro da produção do texto, quanto no nível micro (AL-RAMAHI; DAVIES, 2002 apud MAINARDES; STREMEL, 2010, p.1).

Além disso, utilizo a abordagem do *ciclo de políticas* proposto por Bowe; Ball; Gold (1992). A escolha desses autores se deve ao fato de oferecerem um referencial inovador que rompe com a proposta de análise linear das políticas. Essa abordagem entende que as fases de formulação são vistas como um ciclo contínuo constituído por três contextos inter-relacionados⁶, em que cada contexto não necessariamente precede ou sucede o outro. O ciclo de política, por isso, contribui para analisar o movimento da política em diferentes contextos e dentro dos contextos.

A pesquisa focará na análise de três contextos descritos por Bowe; Ball; Gold (1992): (a) o *contexto da influência* – em que as definições das finalidades de educação de um país, estado ou cidade são elaboradas; (b) o *contexto da*

⁶ Cf. capítulo 2.

produção de texto - aquele que representa a política através dos textos legais, textos políticos, comentários formais, pronunciamentos, cartas, textos informais, artigos de jornais, resoluções e pareceres; (c) o *contexto da prática* – no qual as pessoas convertem/transformam a modalidade da palavra escrita, isto é, o texto da política em ação e atuação. A passagem do *contexto da produção do texto* para o *contexto da prática* envolve acordos, ajustes e lutas, necessários para colocar o texto da política em prática (MAINARDES; MARCONDES, 2009), porque é na escola que os sujeitos interpretam a política oficial, a partir de seus valores, propósitos e interesses diversos. Podem, assim, produzir efeitos e consequências que representam mudanças e transformações significativas na política original.

O interesse em estudar a atuação da coordenação pedagógica se iniciou quando coordenei uma escola particular em Salvador. Naquela época, o que me inquietava eram as questões relacionadas à formação continuada de professores, mais especificamente, compreender por que os estudos e as concepções teóricas não se revertiam em ações na prática pedagógica. A partir dessas inquietações, desenvolvi uma pesquisa de Mestrado⁷ que analisou as estratégias de formação continuada baseadas na reflexão, na resolução de problemas e na conscientização, e que apontou a importância da atuação da coordenação pedagógica para a mediação desse processo.

Outro aspecto que me aproximou dessa discussão foi o meu envolvimento com o GEFOCC (Grupo de estudo de formação de professores, currículo e cotidiano escolar) sob a orientação da professora Maria Inês Marcondes na PUC-Rio. O estudo é parte da pesquisa mais ampla que o grupo vem desenvolvendo, em relação à atual política educacional do município do Rio de Janeiro, onde procuro aprofundar minhas reflexões quanto ao que se refere à atuação da coordenação no processo de mediação dessa política no contexto da prática.

Diante do exposto, entendo a importância dessa pesquisa, uma vez que se insere na discussão das reformas educativas e nas reformulações da política curricular que vem ocorrendo em diferentes países, inclusive no Brasil.

A tese está organizada da seguinte forma:

⁷ Dissertação de Mestrado intitulada: “Experimentando estratégias formativas: da reflexão à conscientização” sob orientação de Maria Cristina Martins na Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2005.

No capítulo 1, *Introdução* – apresento a temática da pesquisa e as questões-problema dessa investigação; no capítulo 2, *Quadro teórico-analítico* – abordo a teoria de Basil Bernstein (1996) e o ciclo de políticas proposto por Stephen Ball e colaboradores (BOWE et al., 1992), assim como o conceito de performatividade (BALL, 2002, 2004); no capítulo 3, *Caminhos metodológicos* – discorro sobre o caminho metodológico delineado, procurando caracterizar o cenário e os sujeitos participantes da pesquisa. Trato, ainda, da metodologia escolhida, dos objetivos traçados e dos instrumentos de pesquisa; no capítulo 4, *Contexto da influência e o contexto da produção do texto: o discurso da política oficial* – apresento a análise dos textos da política oficial e as suas influências a partir das Orientações Curriculares, dos Cadernos de Apoio Pedagógico (2009/2011) e do Livro de Leitura e Escrita; no capítulo 5, *Contexto da prática: processo de recontextualização da política oficial* – desenvolvo o argumento dessa tese, apresentando os aspectos do texto oficial *recontextualizados* pela coordenadora e pelas professoras ao “implementar” a política no contexto da prática; e, por fim, no capítulo 6, *Considerações finais* – retomo as questões iniciais da pesquisa, o caminho percorrido, buscando evidenciar o alcance e as limitações do estudo, além de sugerir algumas pistas para futuras pesquisas.